

Educação fica sem escolas por falta de verbas

Iarilma de Oliveira



Fábio: o déficit é grande

A escassez de recursos impediu que em 1987 a maioria dos projetos do Governo do Distrito Federal, na área de educação, fosse colocada em prática. O secretário de Educação, Fábio Bruno, solicitou no início do ano Cz\$ 1,7 bilhão para reforma e construção de escolas, mas apenas Cz\$ 271 milhão foram liberados. Fábio acha que somente a aprovação, pela Constituinte, dos 18% do orçamento da União para a educação vai solucionar definitivamente o problema.

Com os Cz\$ 271 milhões, foram feitas duas grandes reformas: uma na escola da 711 Norte e outra na Escola Classe 12, de Taguatinga, além de pequenos reparos e a construção de 23 das 300 salas de aula previstas para serem entregues à população em 1988. Ainda estão sendo realizadas licitações para substituição de quatro das 15 escolas de lata, onde serão gastos Cz\$ 157 milhões, repassados ao Governo do Distrito Federal pela Secretaria de Planejamento há cerca de um mês.

1988

Em 1988 a Secretaria de Educação precisa cumprir um texto da meta contida no Plano Quadrienal de Educação, feito para reformular todo o ensino de 1º e 2º graus até 1990. Será necessário construir 300 novas salas de aula, equipar e reformar mais 60 estabelecimentos. Para isso, a secretaria solicita Cz\$ 3 bilhões ao Governo Federal. Todo o Plano prevê um gasto de Cz\$ 9 bilhões.

De acordo com Fábio Bruno, a solicitação de recursos está contida no orçamento do Governo do Distrito Federal para o ano que vem. Bruno afirmou que outras alternativas para obtenção de recursos vêm sendo tentadas pela Secre-

Ensino público estagnado

O ensino público e gratuito de 1º e 2º graus não cresceu no Distrito Federal em 1987 em relação 1986, enquanto as escolas particulares, mesmo com aumento médio de 286,3% no preço das semestralidades, apresentaram um incremento de 17,7%. Essa é a constatação feita pelo secretário de Educação, Fábio Bruno. Ele culpa as péssimas condições da maioria das escolas da rede oficial, a longa greve dos professores em 1986 e a falta de interação entre alunos e mestres pela situação.

De acordo com o secretário, apenas o 1º grau apresentou um crescimento de 3,3%. O 2º grau decresceu 7% e o supletivo 5%. Para corrigir estas distorções, a Fundação Educacional modificou toda a estratégia de matrículas. A ordem, agora, é receber o maior número possível de alunos nos estabelecimentos da rede oficial. As salas, que estão comportando em média 30 alunos, deverão ampliar suas vagas para 35.

Empedimento

De acordo com o secretário

executivo da Fundação Educacional, José Quintas, a rotatividade da população do Distrito Federal dificulta o atendimento de todas as crianças em idade escolar. "A FEDF sempre chega primeiro, nas invasões por exemplo. A gente faz as escolas, depois a população é removida para outro local, e aí então faltam escolas no lugar onde foi assentada", disse ele.

Isso está acontecendo, por exemplo, na expansão do setor "O". Para lá foram transferidas as invasões localizadas em Taguatinga Sul. De acordo com Quintas, estão faltando escolas na expansão e sobrando vagas em Taguatinga Sul, onde a FEDF pôde implantar até o tempo integral em algumas escolas. "Enquanto isso, na Expansão, ainda não temos condições de acabar com o turno da fome (11h00 às 12h00). Precisamos construir ali pelo menos mais duas escolas", disse ele.

Reformas

Segundo Fábio Bruno, as más condições da maioria das escolas da rede oficial também têm contribuído para que o

de 1º grau. "Nós decidimos, mesmo sem recursos, começar imediatamente o período de tempo integral nas escolas normais", disse. Desde o início do ano as normalistas da Fundação Educacional estão passando o dia nas escolas.

Programas

Os programas do Plano Quadrienal de Educação vêm sendo colocados em prática desde 1986 pela Secretaria de Educação, apesar de ainda não terem sido analisados pelo Conselho de Educação, órgão que normatiza, no DF, todas as ações na área de Educação. Segundo Fábio Bruno, tudo que não depende da liberação de recursos está sendo feito.

Comunidade

O secretário disse que um dos principais objetivos do Plano Quadrienal é tornar a escola pública mais atrativa. Para tanto, o programa Democratização da Escola foi um dos primeiros a ser implantado. "Precisamos levar a população a se interessar pela escola. Estamos tentando também fazer com que nosso professor aprenda a lidar com as comunidades mais problemáticas", disse.

De acordo com Fábio, o que se verifica hoje é um profundo desinteresse, e até ódio, do aluno por sua escola, principalmente nas áreas de população mais carente. Ele acha necessário que o professor repense a sua linha pedagógica. "Não podemos tratar um aluno que trabalha fora, e tem muitas vezes problemas iguais aos de um adulto, como um estudante qualquer."

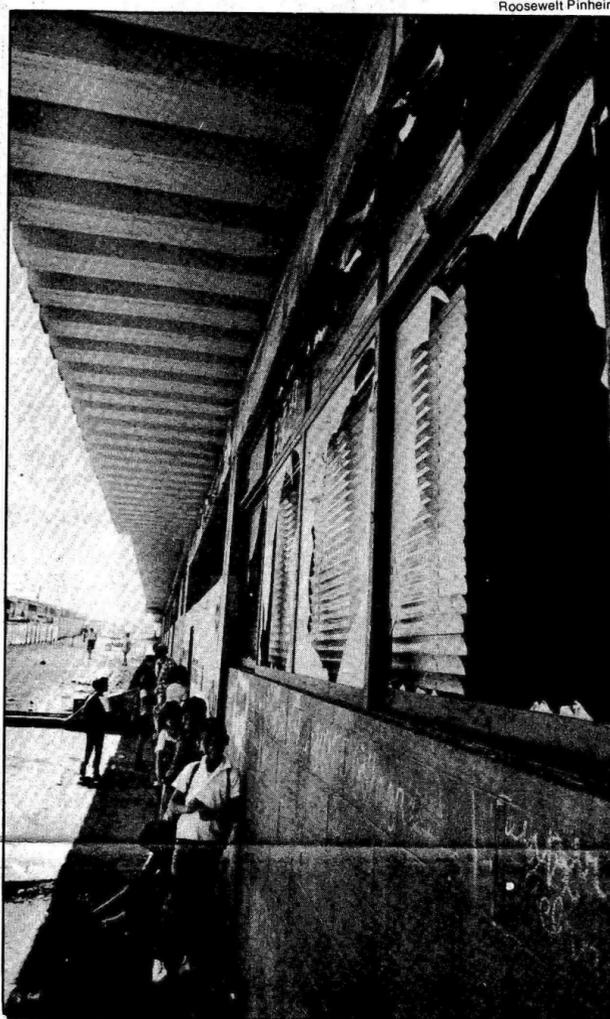
Verba

A maioria dos projetos do Plano Quadrienal necessita de verba para ser colocada em prática. Até 1990 a FEDF pretende ampliar e equipar toda sua rede física e ministrar cursos de aperfeiçoamento para professores, tudo isso para garantir a permanência do aluno na rede oficial até o final do 2º grau.

aluno se afaste da rede oficial. "No ano passado ainda conseguimos, com recursos disponíveis, entregar mais de 400 salas, de aula e fazer algumas reformas. Em 1987, quase nada pôde ser feito. Isso afasta os alunos, principalmente no Plano Piloto", disse.

Outro fator negativo, apontado por Fábio é a falta de integração entre o aluno e o professor. "É necessário criar na escola um ambiente agradável, onde o aluno possa se encontrar com os amigos e se sentir bem. O que vem acontecendo, em alguns estabelecimentos, é justamente o contrário. Por isso, a Fundação vem conversando muito com seus professores, tentando alertá-los da importância que tem sua dedicação no ensino público e gratuito", disse ele.

As constantes greves dos professores também foram apontadas pelo secretário de Educação, como um dos motivos para a queda na procura das escolas do Governo.



Até 1990 será preciso construir 300 novas salas de aulas no DF



A depredação aumenta os problemas nas escolas públicas do DF



Quintas quer atrair alunos

Repetência subiu 16% só este ano

O índice de repetência e evasão nas escolas de 2º grau da rede oficial de ensino passou de 19,4% em 1985 para 35,4% em 1986, segundo dados divulgados pela Fundação Educacional do Distrito Federal. Esse aumento foi considerado alarmante pelo diretor executivo da FEDF, José Quintas, que pretende resolver o problema implantando uma série de modificações, principalmente no ensino noturno, onde se verificam os maiores números de reprovações e desistências.

De acordo com Quintas, no ensino de 1º grau, apesar dos índices serem menores que os de 2º grau, a cada ano que passa, aumentam as evasões e repetências. Eles passaram de 5,6% em 1985, para 8,5%, em 1986. Ele aponta várias distorções, principalmente a nível pedagógico, como as responsáveis pela situação.

Quintas disse que, através do Plano Quadrienal de Educação, a Fundação Educacional pretende, até 1990, acabar com esse problema. Para isso estão sendo colocadas em prática mudanças no ensino noturno. Quintas afirmou que o curso supletivo, ao contrário do que fora anunciado pela imprensa, não vai acabar. "É necessário criar condições para que o estudante, que passa o dia no trabalho, tenha condições de levar adiante os seus estudos", disse ele.

A partir do ano que vem, o aluno do período noturno vai ter duas opções de curso. O supletivo e o ensino regular de 1º e 2º graus. De acordo com Quintas, para facilitar o aprendizado, a FEDF decidiu diminuir a carga horária do curso regular. Ao invés de cinco aulas por dia, o estudante vai assistir a apenas quatro.

Outras mudanças

O projeto "Democratização das Escolas", segundo Quintas, vai trazer muitos alunos de volta às escolas da rede oficial. Através dele, os colégios irão oferecer atividades que envolvam pais e alunos. A Fundação está tentando ainda conscientizar o professor da importância de sua atuação para a permanência do aluno na escola.

Bancada do DF encerra as atividades de 1987

A bancada de Brasília no Congresso Nacional encerrou, na sexta-feira, as atividades de sua primeira legislatura "de forma melancólica", segundo o deputado Augusto Carvalho (PCB-DF). Isso porque, disse, depois de todo o esforço para ver aprovada a autonomia do DF ainda este ano, a indefinição sobre a mudança do Regimento Interno da Constituinte não permitiu que este fato se concretizasse.

Diante desta situação, segundo o deputado, a bancada ficou impedida de se reunir para debater a emenda de consenso, que será apresentada no plenário da Constituinte. A expectativa de Augusto Carvalho é que, no início de janeiro, a fórmula de conciliação dos interesses dos parlamentares em relação à data das eleições no DF seja encontrada.

Sua expectativa de consenso é compartilhada pelos deputados Geraldo Campos (PMDB/DF), Valmir Campelo (PFL) e Jofran Frejat (PFL/DF). Segundo o deputado Valmir Campelo, a questão da autonomia "não é uma sangria desatada" e poderá esperar até janeiro para ser definida.

O deputado Valmir Campelo acredita que, com a volta "após as consultas" as negociações da bancada caminharão "para o consenso", expectativa que é a mesma dos deputados Jofran Frejat e Geraldo Campos. Entretanto, o senador Pompeu de Sousa (PMDB-DF) confessava, ontem, sua descrença em torno de uma união da bancada.

O balanço de final de ano sobre as posições dos parlamentares sobre a autonomia do DF é o seguinte: a favor de eleições para o DF em 1988, com mandato-tampão de dois anos para governador e deputados distritais, e novo pleito em 1990 coincidindo com a renovação dos mandatários estaduais dos demais Estados, estão o senador Pompeu de Sousa (PMDB), Jofran Frejat (PFL) e Geraldo Campos (PMDB).

Defendem eleições em 1990 os deputados Francisco Carneiro (PMDB) e Valmir Campelo (PFL). Estão indefinidos os senadores Meira Filho (PMDB) e Maurício Correia (PDT), além da deputada Maria Abadia (PFL).

PT aumenta o número de sindicalistas

O Partido dos Trabalhadores recebeu em sua sede vários sindicalistas e outras lideranças estudantis e populares, entre eles o presidente do Sindicato dos Engenheiros, Maurício Garcia, o vice-governador do Sindicato dos Profissionais em Processamento de Dados, Alberto Leão, os secretários-gerais do Senalba, Jackson Figueiredo, da Associação dos Servidores da Novacap, José Alberto Barros, e o diretor do DCE da Universidade de Brasília, Gustavo Balduino, que anunciaram suas filiações ao Partido.

O presidente do PT no Distrito Federal, Orlando Cariello disse, na ocasião, que a linha do partido está atraindo cada vez mais os trabalhadores, os estudantes e suas lideranças mais autênticas, por apresentar a perspectiva política da conquista das suas reivindicações históricas e declarou que o PT prepara-se para disputar as eleições de 88 afirmando as propostas que tem feito o PT crescer.